

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 11 | edição nº 1 | 2022

*A DIPLOMACIA ECONÔMICA DA CHINA NO
GOLFO PÉRSICO: UM ESTUDO SOBRE A
RELAÇÃO BILATERAL SINO-IRANIANA
DURANTE O GOVERNO XI JINPING*

Luana Moreira; Walter Barbieri Júnior

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A DIPLOMACIA ECONÔMICA DA CHINA NO GOLFO PÉRSICO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO BILATERAL SINO-IRANIANA DURANTE O GOVERNO XI JINPING

CHINA'S ECONOMIC DIPLOMACY IN THE PERSIAN GULF: A STUDY ON SINO-IRANIAN BILATERAL RELATIONS UNDER XI JINPING'S RULING.

Luana Moreira¹; Walter Barbieri Júnior²

Resumo: Devido ao posicionamento geográfico estratégico do Golfo Pérsico e a magnitude da sua reserva de recursos energéticos, a China se aproxima da região através do uso da diplomacia econômica, tomada por interesses e beneficiada por seu poder de barganha e por sua ampla capacidade de cooperação econômica e investimento. A China, como uma superpotência, encontra no Irã, potência regional, um parceiro importante e peça-chave para alinhar as suas estratégias no Golfo Pérsico sob o mapeamento da “*Belt and Road Initiative*” e a concretização de seus objetivos em busca da sua segurança energética. O presente artigo tem como objetivo compreender a ação estratégica da diplomacia econômica chinesa sob o governo de Xi Jinping na região do Golfo Pérsico, ao estabelecer relações bilaterais de cooperação com o Irã. O estudo e a análise do objeto de pesquisa serão orientados pela abordagem qualitativa de base bibliográfica e documental. Esta pesquisa conclui que a aproximação com o Irã é reflexo de uma China mais confiante e segura de si, a qual avaliou os riscos, assim como os benefícios a longo-prazo e descobriu que é seguro inserir o Irã em sua agenda global, em vista de seus interesses geoeconômicos. Diante da atual conjuntura, esta cooperação pode servir como porta de entrada para que a China possa exercer o seu poder de influência sobre o Irã para além de questões econômicas, expandindo a sua presença no Golfo Pérsico e impulsionando o seu poder de persuasão nas relações internacionais.

Palavras-Chave: Diplomacia Econômica Chinesa, Golfo Pérsico, Relação Sino-Iraniana

Abstract: Due to the strategic geographic location of the Persian Gulf and the magnitude of its reserves of energy resources, China has approached the region by using economic diplomacy, driven by interests, and benefited by its bargaining power as well as its vast capacity of economic cooperation and investment. China, a superpower, has found on Iran, a regional power, an important partner, and key to align its strategies in the Persian Gulf under the Belt and Road Initiative in addition to achieve its energy security goals. This paper aims to comprehend the strategic actions of China's economic diplomacy under Xi Jinping's government in the Persian Gulf region, establishing bilateral relations with Iran. The scientific research

¹ Universidade do Vale do Itajaí, E-mail: luana.mrra@hotmail.com

² E-mail: walterjr@univali.br

methodology chosen is the qualitative assessment on theoretical and documental basis. This research concludes that China's approach on Iran is the result of a more confident and self-assured country, which has evaluated the risks as well as the benefits in the long term and has found it safe to include Iran on its global agenda, seeking its geoeconomic interests. In the light of the present scenario, the Sino-Iranian approach could work as opening the way to China's influence on Iran beyond economic matters, expand its presence in the Persian Gulf, and furthermore, promote its power of persuasion in international relations.

Keywords: Chinese Economic Diplomacy, Persian Gulf, Sino-Iranian Relations

Introdução

A partir da ascensão de Xi Jinping à presidência no início de 2013, percebe-se uma China mais assertiva nos assuntos internacionais, impulsionando o processo da proeminência chinesa. Segundo Zha e Meidan (2015, p. 12), com o governo de Xi Jinping, há mudanças na maneira como a China exerce a sua política externa, incluindo uma presença mais ativa no Oriente Médio. Resultante da projeção de poder e da sua alta capacidade de investimento externo, a China tornou-se um país provedor de infraestrutura para o mundo (OECD, 2018).

Os projetos de cooperação econômica entre a China e seus parceiros internacionais estão mapeados principalmente sob o guarda-chuva da *Belt and Road Initiative* (BRI), também chamada de “Nova Rota da Seda”, e a sua extensão marítima, a “Rota da Seda Marítima do Século XXI”, apresentados por Xi Jinping pela primeira vez em 2013. Estes projetos visam conectar a China a países asiáticos, europeus e africanos através de modais ferroviários e rodoviários. Ao contemplar os países signatários da BRI com empréstimos e investimentos em infraestrutura e transporte, a China passa a estar conectada economicamente a 70% do mundo³ (BELT AND ROAD PORTAL, 2021).

Devido ao seu rápido desenvolvimento econômico, a demanda chinesa por petróleo tem se tornado cada vez mais forte. Em 2017, a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior importador de petróleo do mundo, importando mais de 10 milhões de barris de petróleo por dia em 2019 (EIA, 2020a). A China importa cerca de 20% do petróleo mundial, sendo a maior parte proveniente de uma das maiores reservas de petróleo do mundo: o Golfo Pérsico⁴ (OEC, 2019a). Portanto, pode-se dizer que a China se aproxima do Golfo Pérsico tomada por interesses na região e beneficia-se do seu poder de barganha e da sua ampla capacidade de cooperação econômica e investimento. Partindo dessa premissa, o presente artigo é motivado pela seguinte pergunta de

³ A China possui 205 acordos de cooperação assinados para a construção conjunta do “Belt and Road Initiative” com 140 países e 31 organizações internacionais (*Ibid.*).

⁴ Os países do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Barém, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait, Omã e Qatar.

pesquisa: quais as estratégias da China do governo de Xi Jinping ao utilizar a diplomacia econômica na região do Golfo Pérsico, em um cenário de aproximação com o Irã?

A delimitação deste trabalho está centrada na relação bilateral sino-iraniana durante o governo de Xi Jinping, onde a China, como uma superpotência, encontra no Irã, potência regional, um parceiro importante e peça-chave para alinhar as suas estratégias geoeconômicas. O artigo será orientado pela abordagem qualitativa de base exploratória bibliográfica e documental. O estudo e a análise do objeto de pesquisa serão feitos a partir do levantamento bibliográfico de livros e artigos científicos, assim como relatórios técnicos para a obtenção de dados oficiais e reportagens com informações atualizadas sobre o tema. Serão apresentadas também, informações levantadas através de *sites* governamentais da China e do Irã, assim como as informações retiradas do “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 anos Sino-Iraniano”.

Para responder ao problema de pesquisa, no corpo do trabalho, primeiramente apontam-se os conceitos de Diplomacia Econômica, assim como as premissas teóricas da Diplomacia Econômica Chinesa, que conforme os estudos de Zhang (2017), encontra na “conversão entre riqueza e poder” o seu maior desafio. Em seguida, na segunda seção do artigo identificam-se os interesses geoeconômicos da China na região do Golfo Pérsico e a importância estratégica do Irã para a China. Finalmente, a terceira e última seção objetiva compreender a ação estratégica da China no Golfo Pérsico em um cenário de aproximação com o Irã através da diplomacia econômica.

O estudo da aproximação sino-iraniana é relevante para o campo das Relações Internacionais, pois a cooperação estratégica entre os dois países é um tema contemporâneo e tem potencial para marcar a dinâmica da política internacional. Uma relação diplomática sino-iraniana mais evidente pode resultar em divergências regionais, dados os mais diversos conflitos de interesse existentes no Golfo Pérsico. Ademais, pode afetar também a relação da China com outras grandes potências, como os Estados Unidos (EUA).

1. A “Diplomacia Econômica” na política dos Estados Nacionais e as premissas teóricas da Diplomacia Econômica Chinesa

1.1 O conceito de Diplomacia Econômica

Bayne e Woolcock (2017) definem a Diplomacia Econômica como “um processo de tomada de decisões”, possuindo os seguintes aspectos: 1. Preocupa-se com questões domésticas e internacionais, devido à interdependência econômica dos Estados causada pela globalização; 2. Possui atores estatais e não estatais, pois o choque de interesses influencia os Estados na tomada de decisões e os induzem a moldar suas políticas públicas de acordo com os interesses de atores não-

governamentais; 3. Utiliza “instrumentos” e é movida por “questões” econômicas⁵, visto que as técnicas de negociação fazem parte da esfera diplomática e são motivadas de acordo com as diferentes questões econômicas globais; e, por fim, 4. É sensível ao desenvolvimento do mercado, pois os mercados globais de produção e investimento influenciam os atores a tomarem decisões de acordo com o movimento dos mercados.⁶

Seis fatores os quais moldam a Diplomacia Econômica podem ser identificados, são estes: três sistêmicos, dois domésticos e um baseado em convicções. Os principais fatores sistêmicos originam do sistema internacional, são eles: o poder econômico relativo, as organizações e regimes internacionais, e os mercados. Os fatores domésticos refletem a complexidade da estrutura do Estado, pois os governos precisam conciliar as pressões internas. São eles: os interesses e barganha, e as instituições. Por fim, para compreender os resultados da Diplomacia Econômica, deve-se refletir também sobre os elementos de convicção, que se referem às ideias e persuasão, ou seja, as convicções dos negociadores baseadas em suas visões de mundo distintas. (BAYNE; WOOLCOCK, 2017)

Chatterjee (2020) explica que a Diplomacia Econômica se preocupa principalmente com a segurança econômica de um Estado e faz uso de ferramentas similares as utilizadas na Diplomacia tradicional, como o *lobbying*, a representação, a negociação, além da promoção de políticas econômicas do Estado. Para o autor, a Diplomacia Econômica deve ser um processo limpo, ético, buscando a maximização dos benefícios. Ela forma a base para a cooperação entre os Estados, assim como o fundamento para o desenvolvimento socioeconômico. Mais adiante, ele define a Diplomacia Econômica como um conceito dinâmico que deve ser criativo e inovador, no qual os atores envolvidos no processo também devem possuir tais qualidades:

No centro da diplomacia está a arte da negociação, e nessa arte, não há espaço para a “força bruta”; ao invés disso, representa o poder de negociar, o qual não é nada mais do que o poder da criação e inovação dos atores. Ao basear-se em “força bruta” e o “poder de dominar” um pelo outro, logo, não há espaço para negociação – esta será desnecessária. (*Ibid.* p. 2, tradução nossa).⁷

⁵ Os “instrumentos” incluem todo o espectro de medidas, desde negociações informais e cooperação voluntária via regulamentações leves (ex.: códigos de conduta), até a criação e aplicação de regras compulsórias. As “questões” econômicas são as quais fornecem conteúdo à Diplomacia Econômica, como questões centrais de troca comercial, finanças e a conjuntura global. (BAYNE; WOOLCOCK, 2017).

⁶ O conceito da movimentação de mercados como parte vital da Diplomacia Econômica foi enfraquecido após o colapso financeiro dos Estados Unidos em 2008. Governos e seus reguladores buscam ter mais controle sobre as instituições financeiras, procurando evitar o peso que o mercado possui sobre os Estados (*Ibid.*).

⁷ Texto original: “*At the core of diplomacy is the art of negotiation, and in that art, there is no room for “muscle power”; instead, it represents the power to negotiate, which is nothing but inventive and innovative power of the actors. If it is to be based on “muscle power” and the “power to dominate” one by the other, then there would be no room for negotiation – it is otiose.*” [Todas as traduções feitas no presente artigo são de responsabilidade da autora].

Segundo Chatterjee (2020, p. 5), “a Diplomacia Econômica não concerne meras questões comerciais, sendo o fortalecimento da economia do país também um dos aspectos mais importantes”. O autor afirma que devido ao fato de os Estados fazerem parte de um processo de desenvolvimento contínuo, logo, a Diplomacia Econômica também deve ser um fenômeno contínuo. No processo de negociações, questões como propostas para o desenvolvimento de infraestrutura, investimentos e capacitação devem vir à pauta, onde o “dinamismo de ideias deve ser a força motriz por trás da Diplomacia Econômica.” (*Ibid.* tradução nossa).

A Diplomacia Econômica preocupa-se também com a harmonia no ganho de benefícios comerciais e econômicos de ambas as partes: “assim como a Diplomacia convencional, a Diplomacia Econômica deve ser operada como um veículo para alcançar um destino predeterminado, sendo este a criação e a manutenção de uma relação comercial bilateral visando os interesses mútuos.” (*Ibid.* p. 6, tradução nossa). Contudo, a troca de benefícios não ocorre somente visando a captação de recursos: “benefícios mútuos podem advir de uma variedade de fontes, e estes benefícios não necessariamente precisam ser na forma de ajuda financeira ou transferência de tecnologia. A troca de ideias até mesmo entre países de níveis econômicos similares podem ser úteis.” (*Ibid.* p. 7, tradução nossa).

1.2 A Diplomacia Econômica da China

Ao contextualizar a Diplomacia Econômica Chinesa, Zhang (2017) explica que apesar de ser uma potência econômica, a China enfrenta alguns problemas que concernem a sua política externa, como o conceito de “política fria e economia quente”, ou “política quente e economia fria”⁸, um problema recorrente nas relações da China para com outros países. Para o autor, a principal tarefa da Diplomacia Econômica Chinesa é converter os seus recursos econômicos em poder. Ele afirma, entretanto, que os recursos de poder da China – que podem ser utilizados a favor da sua diplomacia – são maiores do que no passado. Isso a possibilita moldar o ambiente externo, aumentar as suas capacidades e a sua própria vontade de liderança.

Não obstante, alguns dos obstáculos que a Diplomacia Econômica Chinesa enfrenta, segundo Zhang (2017), são: as dificuldades estruturais do sistema internacional de substituir uma potência já consolidada por uma ascendente, o que tem dificultado a concretização dos objetivos da política externa econômica chinesa; a vulnerabilidade, pois apesar da sua grandeza econômica, não consegue mobilizar-se de acordo com os seus objetivos políticos, sendo ainda dependente da exportação; a falta

⁸ “*Political coldness and economic warmth*” ou “*political warmth and economic coldness*” definem dois países que possuem boas relações econômicas, mas por outro lado, tensões políticas entre si; ou são alinhados politicamente, mas não possuem uma troca econômica tão expressiva. O termo “*hot economics and cold politics*” é utilizado, por exemplo, na relação entre a China e o Japão (NEWLAND; GOVELLA, 2010).

de aspiração por liderança, pois por vezes toma um posicionamento mais reservado durante negociações de agendas globais e utiliza o seu poder de maneira mais defensiva⁹; e a perda de recursos de poder internamente, o que pode ser explicado pelo conflito de interesses domésticos e as diferenças ideológicas.

Ao definir a Diplomacia Econômica como “a conversão entre riqueza e poder”, Zhang (2017) descreve que riqueza, neste caso, refere-se à força econômica e aos recursos econômicos (petróleo, gás, recursos naturais, reservas internacionais, investimento externo ou a consolidação de empresas), além dos meios e benefícios econômicos. Com relação ao poder, há dois significados: “um é relacional, referindo-se à uma posição onde a Parte A pode induzir a Parte B a fazer algo que a Parte B inicialmente não gostaria de fazer” (*Ibid.* p. 79, tradução nossa); o outro significado refere-se aos trunfos ou habilidades. Neste caso, poder como um “trunfo” significa as capacidades políticas e militares de um Estado.

Zhang (2017) sugere que a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS é um exemplo de estratégia onde a China pode utilizar os seus meios econômicos para exercer poder político e influência diplomática: “isso pode facilitar com que a China desempenhe um papel maior dentre as grandes potências e na governança global.” (*Ibid.* p. 79, tradução nossa). Apesar da dificuldade de “conversão”¹⁰ não ser um problema particular da estrutura política chinesa ou do seu estilo de diplomacia, há um senso de urgência pois

[...] atualmente a China sofre sérias dificuldades com a conversão, em particular a conversão dos recursos de poder econômico. Isso se dá principalmente devido à alocação assimétrica dos recursos aos setores político, econômico, militar, cultural, dentre outros. [Para a China], os recursos de poder econômico são os mais importantes. Portanto, será um grande desafio converter os recursos de poder econômico em benefícios econômicos, influência política e resultados diplomáticos positivos. (ZHANG, 2017, p. 79, tradução nossa).¹¹

No caso da China, “o que mais importa para o sucesso da conversão entre riqueza e poder é a coordenação interna dentro da sua própria burocracia.” (*Ibid.* p. 80, tradução nossa). Dentro da estrutura de Ministérios do Estado chinês, há divergências e debates entre os que são a favor de políticas de abertura de mercado, e os que favorecem um maior protecionismo. Nesse ambiente de

⁹ Este argumento vindo sendo ultrapassado a partir de uma diplomacia mais assertiva com o governo de Xi Jinping.

¹⁰ “Conversão” enfatiza a capacidade de transformar de um para outro os recursos de poder provenientes de naturezas distintas, como recursos políticos e militares ou comerciais e financeiros (*Ibid.*).

¹¹ Texto original: “[...] *China is now facing serious difficulties in conversion, in particular the conversion of economic power resources. This is mainly because of China’s uneven allocation of resources to political, economic, military, cultural and other areas. The economic power resources are the most important. Therefore, it is going to be a huge challenge to turn economic power resources into economic benefits, political influence, and positive diplomatic outcomes.*”

divergências, entretanto, os líderes supremos – no caso atual, Xi Jinping – têm a palavra final. Além da burocracia interna, o autor também afirma que a opinião pública e as empresas são importantes na tomada de decisões, o que exige do corpo econômico do governo um maior diálogo e trabalho para a construção de um consenso comum.

Para que a conversão entre riqueza e poder tenha sucesso, é necessário alinhar estratégias e mecanismos, pois: “os efeitos e a eficiência da conversão têm peso direto sobre os efeitos e a eficiência da Diplomacia Econômica. A estratégia e o mecanismo de conversão são, portanto, centrais para a teoria da Diplomacia Econômica.” (ZHANG, 2017, p. 79, tradução nossa). As duas estratégias de conversão mais simples são: 1. Articulação (ex.: o comércio com os Direitos Humanos)¹²; e, 2. Reciprocidade, que tange a troca de interesses, onde cada parte reconhece os recursos de poder que o outro possui e pensam em como podem compartilhá-los: “a abertura de mercado entre dois países é um ato típico de reciprocidade [...] uma sanção econômica é um ato típico de reciprocidade negativa.” (*Ibid.* p. 80, tradução nossa).

Já os mecanismos estão relacionados às instituições e plataformas onde riqueza e poder têm espaço para conversão, onde as estratégias podem ser colocadas em prática. Neste caso, a China possui mecanismos únicos: na visita de Xi Jinping à Ásia Central em 2013, o presidente chinês propôs a construção da “Nova Rota da Seda” (FMPRC, 2013a *apud Ibid.*); quando visitou a Indonésia no mesmo ano, propôs aos países do ASEAN a construção da “Rota da Seda Marítima do Séc. XXI” (LIU, 2014 *apud Ibid.*); e durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Sudeste Asiático, foi proposto a ideia da construção de um corredor econômico, o “*BCIM Economic Corridor*”, conectando Bangladesh, China, Índia e Mianmar (FMPRC, 2013b *apud Ibid.*). Sobre estes eventos, Zhang (2017, p. 80) explica:

Essas iniciativas são exemplos de mecanismos de conversão mapeados pela nova liderança da China para os propósitos da sua diplomacia econômica. Tais mecanismos, construídos a partir da crescente força econômica chinesa e confiança nacional, darão à diplomacia chinesa uma nova conjuntura na sua vizinhança. (tradução nossa).¹³

Na sua relação com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a União Europeia (UE) e o Japão, a China utiliza estratégias de diálogo em nível de Estado para converter riqueza em poder,

¹² A decisão dos Estados Unidos de exigir que a China tomasse providências sobre as questões de Direitos Humanos ou perderia o seu status de “nação mais favorecida” no Comércio Internacional é um exemplo de conversão de riqueza (força econômica dos Estados Unidos), em poder político (neste caso, contra a China) (*Ibid.*).

¹³ Texto original: “*These initiatives are examples of the conversion mechanisms designed by the new Chinese leadership for the purposes of economic diplomacy. These mechanisms, built upon China’s increased economic strength and national confidence, will give a new momentum to China’s diplomacy in its neighbourhood.*”

importantes para o avanço da Diplomacia Econômica Chinesa: “os chineses desenvolveram as cúpulas como instrumentos (em nível Presidencial e de Primeiro-Ministro), os diálogos de estratégia econômica (em nível de Vice-Primeiro-Ministro), e as *joint commissions* de economia e comércio (em nível Ministerial).” (ZHANG, 2017, p. 80, tradução nossa). De acordo com Zhang (2017), no ambiente de diálogo construído através das instituições, é possível chegar-se a um conjunto de regras ou atos a ser seguido pelas partes, contribuindo também, para a construção de uma nova relação da China para com outros países, como por exemplo, os Estados Unidos.¹⁴

2. Os interesses geoeconômicos da China no Golfo Pérsico e a importância estratégica do Irã

2.1 A geoeconomia chinesa no Golfo Pérsico

Para compreender as ações da diplomacia econômica chinesa no Golfo Pérsico, primeiramente deve-se identificar os motivos pelos quais o país está interessado nesta região. Como consequência do rápido desenvolvimento econômico e industrial, a demanda chinesa por petróleo vem crescendo significativamente nos últimos anos. Já o Golfo Pérsico, dependente da produção e exportação de petróleo, é rico em recursos energéticos, sendo berço de cerca de 48% da reserva de petróleo mundial (BP, 2021, p. 16). Em 2019, 44% do volume de petróleo importado pela China originou dos países do Golfo Pérsico (EIA, 2020b, p. 6).

Garlick e Havlová (2020, p. 83) apontam que mais da metade do petróleo importado pela China chega aos portos chineses passando primeiramente pelo Estreito de Ormuz, porta de entrada e saída do Golfo Pérsico. O Estreito de Ormuz é uma rota localizada entre o Omã e o Irã, e é considerado o ponto de estrangulamento mais importante do mundo devido ao seu alto fluxo de petróleo diário. Em 2011, o fluxo foi de quase 17 milhões de b/d (barris de petróleo por dia), fazendo parte de cerca de 35% de todo o petróleo comercializado por vias marítimas ou aproximadamente 20% do petróleo comercializado mundialmente (EIA, 2012).

Dentre os países do Golfo Pérsico, a Arábia Saudita é o principal parceiro comercial da China. Nas últimas duas décadas, o país tem sido um dos principais fornecedores de petróleo à China. Nos últimos anos, exceto por uma queda de 2016 a 2018, a Arábia Saudita manteve o seu posto como o maior exportador de petróleo à China¹⁵. Posteriormente, em 2019 foi o principal fornecedor, fazendo

¹⁴ Em um encontro na Califórnia entre Xi Jinping e o ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama em 2013, Xi Jinping sugeriu melhorar o diálogo e a confiança mútua através de órgãos multilaterais, como o G20 e a APEC, além de fazer bom uso dos mais de 90 diálogos que já estavam encaminhados entre os dois governos (YANG, 2013 *apud Ibid.*).

¹⁵ Neste intervalo, em 2016, a Rússia ficou em primeiro, com 15,1% do volume total de petróleo exportado à China, e a Arábia Saudita em segundo, com 14,1%; em 2017, Rússia em primeiro, com 15%, Angola em segundo, com 14% e Arábia Saudita em terceiro, com 13,3%; e em 2018, Rússia em primeiro, com 17,4% e Arábia Saudita em segundo, com 13% (OEC, 2019a).

parte de 17,4% do volume total de petróleo exportado à China, e Rússia como o segundo maior, com 16,5% (OEC, 2019a). No caso do Irã, assim como a Arábia Saudita, no decorrer das últimas duas décadas mantinha-se entre os principais fornecedores de petróleo à China. Entretanto, a partir de 2016, houve uma queda significativa de participação iraniana neste setor. Em 2016, o Irã fez parte de 2,79% das exportações de petróleo à China, em contraste com 8% do ano anterior. Em 2019, este número foi de 3% (OEC, 2019a).

Dada a relevância destes números, a relação sino-saudita tem forte influência sobre o formato da estratégia chinesa na região do Golfo Pérsico, tendo peso também, sobre os moldes da relação sino-iraniana. Sobre este aspecto, Garlick e Havlová (2020, p. 91) afirmam que: “a China vê a Arábia Saudita como a maior economia do [Oriente Médio], sendo uma fonte confiável de grandes volumes de petróleo, visto que a sua posição é estável e não está sujeita ao isolamento internacional e às sanções como é o caso do Irã.” (tradução nossa).

Qian e Fulton (2017, p. 14) apontam que, apesar da sua alta demanda por petróleo, a China possui uma produção doméstica moderada. Isso significa que a importação do petróleo continuará tendo papel crucial na questão de segurança energética da China nas próximas décadas. Por isso, os produtores do Golfo veem na China um cliente de longo prazo e confiança. O valor da troca comercial entre a China e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), formado por países Árabes¹⁶ (Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait), cresceu de menos de US\$10 bi em 2000 para quase US\$115 bi em 2016. Apesar da questão energética ser peça-chave nesta crescente interdependência, a região vem aumentando também a sua dependência no mercado exportador chinês, adquirindo produtos de maior valor agregado:

Todos os países do CCG são economias de um só produto, baseadas em petróleo e em indústrias petroquímicas; eles são dependentes da importação para fornecê-los com produtos industriais [...] devido ao seu rápido crescimento econômico, a capacidade de produção industrial da China tem se desenvolvido enormemente. Como a “fábrica do mundo”, a China passou a depender de mercados externos para suas exportações industriais, ao passo que a aquisição de recursos naturais para alimentar desenvolvimentos futuros tem se tornado mais urgente. Portanto, há um forte nível de convergência nas relações comerciais entre a China e o CCG. (*Ibid.* tradução nossa).¹⁷

¹⁶ O Irã não faz parte do CCG, visto que é um país Persa. Persas e Árabes têm diferentes percepções sobre a natureza do seu papel regional. O Irã em sua história, luta para preservar a cultura e a língua Persa: “Persas baseiam o seu papel no Golfo Pérsico de acordo com a sua longa história como um Estado-nação poderoso, que para eles inicia-se há 2500 anos [...]” (MARSCHALL, 2003, p. 3, tradução nossa).

¹⁷ Texto original: “*The GCC countries are all single-product economies, based on the petroleum and petrochemical industries; they are dependent on imports to provide industrial products [...] Because of its rapid economic growth, China’s manufacturing industry capacity has developed significantly. As the “world factory”, China has come to rely on external markets for its industrial exports, while the acquisition of natural resources to fuel further development has become more urgent. Thus there is a high degree of convergence in trade relations between China and the GCC.*”

Além da balança comercial expressiva entre o Golfo Pérsico e a China e da importância daquele como fonte de grande parte da reserva de petróleo mundial, a região possui uma localização estratégica para o mapeamento da *Belt and Road Initiative* (BRI), visto que é uma rota de passagem para o acesso à Europa e à África. Por este motivo, “buscando garantir ao mercado exportador chinês um acesso seguro, Pequim tem investido na construção de infraestrutura de uma rede marítima regional e ferrovias com o objetivo de conectar a China à Europa via Ásia e o Oriente Médio.” (QIAN, 2016 *apud* CHAZIZA, 2019a, p. 27, tradução nossa). Portanto, os países do Golfo Pérsico, sejam eles membros do CCG ou não, têm potencial atrativo para os investimentos chineses, principalmente com a onda de crescimento dos projetos associados à BRI, fortalecendo as relações no âmbito da cooperação econômica.

Sobre este aspecto, Garlick e Havlová (2020, p. 88) explicam:

[...] assim como em outras regiões, no Golfo Pérsico há uma tentativa de estabelecer um processo de regionalização liderado pela China no qual a diplomacia econômica está sendo utilizada para criar as bases do envolvimento da China através do foco em energia, comércio e acordos de investimento, e construção de infraestrutura. (tradução nossa).¹⁸

Há também diálogos em andamento sobre um possível acordo de livre comércio (ALC) entre a China e o CCG. O último diálogo estratégico aconteceu em Pequim em 2014, onde ambas as partes concordaram em estabelecer uma parceria estratégica: “O uso de parcerias ao invés de alianças tem sido uma abordagem diplomática chinesa de longa data. Enquanto alianças podem expor Estados a um alto nível de risco, parcerias são entendidas como uma relação mais flexível e conduzida por interesses [...]” (QIAN; FULTON, 2017, p. 17, tradução nossa). Este encontro foi o primeiro após o anúncio da BRI, “indicando a futura trajetória das relações e adicionando uma importância estratégica do CCG dentro da cooperação econômica internacional da China.” (*Ibid.* tradução nossa)

Logo, entende-se que, bem como a maior parte das parcerias estratégicas da China para com outros países durante o governo de Xi Jinping, os moldes da sua relação com os países do Golfo Pérsico estariam sob o guarda-chuva da BRI:

Desde que a China anunciou a BRI em 2013, os Estados do CCG a têm considerado como um mecanismo para aprimorar a cooperação bilateral. [A BRI] teve um forte protagonismo na rodada de diálogo estratégico em 2014, quando o Presidente Xi enfatizou a importância da iniciativa de uma perspectiva chinesa, e que o CCG

¹⁸ Texto original: “[...] as in other regions, in the Persian Gulf there is an attempt to establish a Chinese-led regionalisation process through which economic diplomacy is being used to lay the foundations of China’s involvement via a focus on energy, trade and investment deals, and infrastructure building.”

poderia ter um papel importante dada a sua localização geoestratégica. (LI, 2014 *apud* QIAN; FULTON, 2017, p. 18, tradução nossa).¹⁹

Para Qian e Fulton (2017, p. 19), há três motivos pelos quais as negociações do ALC são de suma importância para o futuro do papel da China na região do Golfo Pérsico, de uma perspectiva econômica e política: primeiramente e mais importante, pode assegurar a manutenção da segurança energética da China; em seguida, pode consagrar uma plataforma de cooperação econômica e comercial entre as partes; e por último, para a China, pode ser uma oportunidade de evitar ser colocada em segundo plano em termos comerciais, frente à competição regional.

Com a intensificação das ações previstas pela BRI em termos de cooperação nos mais diversos setores e a continuidade dos diálogos buscando o acordo de livre comércio entre a China e o CCG, nota-se a importância geoeconômica do Golfo Pérsico para a China. A China vem utilizando a diplomacia econômica como forma de criar espaço e oportunidades estratégicas, balanceando a sua relação com os Estados da região. A abordagem utilizada pela diplomacia econômica chinesa no Golfo Pérsico tem permitido à China criar laços de cooperação com diferentes países, principalmente sob o guarda-chuva da BRI. Esse processo estratégico de regionalização e interconectividade é também um aspecto característico da relação sino-iraniana, que será abordada na subseção a seguir.

2.2 Irã: um aliado estratégico

Devido à forte demanda chinesa por recursos energéticos, o país procura diversificar os mercados fornecedores de petróleo, como forma de garantir a sua segurança energética. O Irã possui uma economia dependente da exportação de petróleo, fazendo parte de cerca de 50% de suas exportações totais, sendo a China o seu principal mercado consumidor (OEC, 2019b). Segundo Garlick e Havlová (2020, p. 94), “o Irã é visto pela China como uma importante fonte de energia, principalmente de petróleo e gás natural [...] uma nação geograficamente extensa e populosa, um ator estratégico e politicamente forte no centro do Oriente Médio, localizado entre o Estreito de Ormuz e o Mar Cáspio.” (tradução nossa).

Entre os anos de 2009 e 2015, a China foi o principal destino das exportações de petróleo iraniano (OEC, 2019b). Após a assinatura do Acordo Nuclear20 em 2015, a dependência do Irã no

¹⁹ Texto original: “*Since China announced the BRI in 2013, the GCC states have regarded it as an engine to enhance bilateral cooperation. It featured heavily in the 2014 round of the strategic dialogue, when President Xi emphasized the importance of the initiative from China’s perspective, and that the GCC could play an important role, given its geostrategic location.*”

²⁰ O “*Joint Comprehensive Plan of Action*” (JCPOA) é um acordo internacional com o intuito de garantir que o programa nuclear iraniano seja usado somente para fins pacíficos, em troca da ampla retirada das sanções dos Estados Unidos, União Europeia e ONU no Irã (KERR e KATZMAN, 2018).

mercado importador chinês havia diminuído, devido à viabilização do acesso a um maior leque de mercados em países Europeus e Asiáticos, e da forte atração de investimentos nos setores petroleiro, aéreo e automobilístico do Irã (CHERKAOUI, 2018, p. 6). O Acordo impulsionava também a retomada do crescimento econômico iraniano e a expansão da sua influência regional: “Israel e Arábia Saudita, e em certa medida outros Estados regionais veem o Irã como o seu maior competidor por influência regional. O JCPOA intensificou essa percepção.” (JUNEAU, 2019, p. 51, tradução nossa).

Após a saída dos Estados Unidos do Acordo por Donald Trump²¹ em 2018 e as limitações reimpostas ao seu mercado exportador e produtivo, o Irã voltou a exportar a maior parte do seu petróleo à China (EIA, 2021). De acordo com Kerr e Katzman (2018, p. 28), com a retomada das sanções, empresas de diversos países presentes no Irã, como da UE, Japão, Coreia do Sul e Índia foram coagidas a novamente retirar os seus investimentos do mercado iraniano, apesar dos esforços destes países em preservar os benefícios econômicos do JCPOA. Segundo Katzman (2021), a política de “pressão máxima” sobre o Irã resultou em uma recessão significativa da economia iraniana, em parte pela venda reduzida de petróleo e o seu isolamento fora do sistema financeiro internacional.

Apesar dos embargos econômicos, em 2020, o Irã foi o quinto maior produtor de petróleo dentro da OPEC²², e no ano anterior, foi o terceiro maior em produção de gás natural do mundo. O país corresponde por 12% da reserva de petróleo mundial (a terceira maior do mundo), 25% da reserva de petróleo do Oriente Médio e possui 16% da reserva de gás natural mundial, a segunda maior do mundo (EIA, 2021). Contudo, comparando-se a sua capacidade máxima produtiva, a produção iraniana encontra-se bastante limitada: em 2017, atingiu uma produção de 4.8 milhões de b/d, já em 2020, sofreu a maior queda dos últimos 30 anos, com cerca de 2 milhões de b/d (Ibid. p. 3).

Em 2019, cerca de 50% do petróleo exportado pelo Irã foi destinado à China, em comparação a 9,43% do ano anterior. Além disso, cerca de 48% de suas exportações totais também foram destinadas à China, o que mostra uma crescente dependência no mercado importador chinês (OEC, 2019b). No ano de 2020, o volume de petróleo iraniano exportado à China foi de 51% (EIA, 2021, p. 6). As exportações de petróleo no Irã caíram de 2.5 milhões de b/d em 2017, para menos de 0.4 milhões de b/d em 2020. Contudo, no final de 2020, essa média teve um aumento para aproximadamente 0.7 milhões de b/d, devido a um maior volume exportado à China. Estima-se que este número tenha variado entre 0.5 e 0.8 milhões de b/d nos primeiros meses de 2021. Acredita-se que o uso de transferências de navio para navio tem dificultado o rastreamento de petróleo exportado pelo Irã:

²¹ Presidente dos Estados Unidos de 2017 a 2021.

²² Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Países membros: Argélia, Angola, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela.

Analistas de indústria avaliam que o transporte de petróleo para diversos países foi transferido de navio para navio e misturado com petróleo não originado do Irã antes dos volumes serem enviados à China [...] boa parte do petróleo transportado do Irã para a China foi rotulado advindos de países como Malásia, Singapura, Emirados Árabes Unidos, Iraque e Omã para evitar serem detectados por autoridades alfandegárias e cooperar com as sanções. (Ibid. p. 4, tradução nossa).²³

Segundo Katzman (2021, p. 45), a China vem aumentando a sua importação de petróleo iraniano desde a posse de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos em janeiro de 2021. Supõe-se que esse aumento seja devido a um maior “otimismo” com relação à política do novo governo em direção ao Irã.²⁴ Em março de 2021, a China importou 900 mil b/d de petróleo iraniano, um aumento significativo comparado à média entre os anos de 2014 e 2016, de 410 mil b/d (Ibid. p. 20). Segundo a Reuters (2021), a importação nos primeiros meses de 2021 fora a baixo custo e rotulada com origens de outros países. Além disso, o volume importado no mês de março foi quase metade do volume importado da Arábia Saudita nos primeiros dois meses de 2021, o que mostra um avanço na importação de petróleo iraniano pela China.

A China, juntamente com outras potências, tem se oposto fortemente à retirada dos Estados Unidos do Acordo Nuclear (KERR; KATZMAN, 2018). A continuidade do Acordo é de grande interesse da China, pois além de facilitar o aumento do fluxo na compra de petróleo iraniano, viabiliza os seus negócios com o Irã:

[...] Xi Jinping visitou o Irã e outros países do Oriente Médio logo após a concretização do JCPOA, e afirmou que o Irã é peça-chave para a extensão da sua influência econômica rumo ao Ocidente através da iniciativa “One Belt, One Road”. Em conjunto, empresas e empresários chineses têm modernizado ferrovias iranianas e outras infraestruturas. (KATZMAN, 2021, p. 45, tradução nossa).²⁵

Portanto, frente à realidade iraniana, a China surge de maneira a aliviar o estrangulamento econômico do Irã, através do aumento do volume importado de petróleo iraniano e da injeção de capitais, empréstimos e investimentos no país. Embora seja de grande interesse da China a

²³ Texto original: “*Industry analysts assess that shipments of oil to several countries were transferred ship to ship and blended with crude oil grades that did not originate in Iran before the volumes were sent to China [...] much of the oil that was shipped from Iran to China was relabeled from countries such as Malaysia, Singapore, the United Arab Emirates, Iraq, and Oman to escape detection from customs authorities and compliance with sanctions.*”

²⁴ Desde a sua posse, Joe Biden tem declarado as suas intenções de retornar ao JCPOA, incluindo diálogos com o Irã com este intuito. Acredita-se que retorno dos EUA ao Acordo resultaria em um alívio nas sanções econômicas estipuladas pelos Estados Unidos (KATZMAN, 2021).

²⁵ Texto original: “[...] *Xi Jinping visited Iran and other Middle East countries in the immediate aftermath of the JCPOA, and stated that Iran is a vital link in an effort to extend its economic influence westward through its “One Belt, One Road” initiative. In concert, Chinese firms and entrepreneurs have been modernizing Iran’s rail and other infrastructure.*”

continuidade do Acordo Nuclear, a ausência de empresas internacionais e dos investimentos de países ocidentais no Irã foi visto pela China como uma oportunidade de preencher este espaço e estar mais presente na economia iraniana e na sua indústria petrolífera:

A China se beneficiou das sanções impostas ao Irã antes da conclusão do “Acordo Nuclear”, visto que muitas empresas ocidentais que anteriormente haviam desenvolvido o setor petrolífero iraniano foram coagidas a sair do Irã. A China deu boas-vindas à oportunidade de participar no desenvolvimento do setor petrolífero iraniano e lançou diversos projetos em conjunto com empresas iranianas para desenvolver plantas de petróleo nas bacias do Mar Cáspio e no Golfo Pérsico, assumindo um papel primordial na indústria de petróleo iraniana. (GARLICK; HAVLOVÁ, 2020, p. 95, tradução nossa).²⁶

Contudo, segundo Samir (2014 apud SCOBELL; NADER, 2016, p. 67), a resolução das tensões envolvidas no Irã sobre a questão nuclear permitiria à China colocar em prática os planos da BRI em direção ao Irã e integrá-lo com maior clareza à sua esfera econômica. Tais planos incluem, por exemplo: “[...] investir em uma rede de gasoduto conectando o Irã à China passando pelo Turcomenistão e Cazaquistão. Evitar a rota marítima tornaria a China menos vulnerável à interferência naval dos EUA nos seus recursos energéticos.” (tradução nossa).

Conforme já exposto anteriormente, o acesso aos recursos em prol da segurança energética da China é a força notória da sua presença na região do Golfo Pérsico. Neste caso, por não estar alinhado aos Estados Unidos, o Irã pode ser indispensável para auxiliar a China na proteção dos seus interesses. Liu e Wu (2010, p. 52) afirmam que o Irã possui um instrumento de pressão geopolítica na região do Golfo Pérsico, dado o seu controle sobre o Estreito de Ormuz, além de poder auxiliar no acesso ao Mar Cáspio, o que “ajudaria a China a diminuir a sua dependência na importação de petróleo marítimo dos países árabes do Golfo Pérsico, garantindo um fluxo contínuo de petróleo.” (tradução nossa).

Scobell e Nader (2016, p. 71) apontam que tanto o Irã como a China “temem o poder norte-americano em sua vizinhança, e ambos possuem o que o outro precisa: o Irã é vasto em recursos naturais, já a China é fonte de tecnologia, investimentos e até mesmo equipamento militar.” A complementariedade da cooperação sino-iraniana, portanto, está dentro também de um fundamento estratégico que procura, em certa medida, conter a expansão do poder norte-americano em suas respectivas regiões:

²⁶ Texto original: “China benefited from the sanctions imposed on Iran prior to the conclusion of the “nuclear deal” since many Western companies that had previously developed the Iranian oil sector were forced out of Iran. China welcomed the opportunity to participate in the development of the Iranian oil sector and launched several joint projects with Iranian companies developing the oil field both in the Caspian Sea Basin and in the Persian Gulf, assuming a major role in the Iranian oil industry.”

De uma perspectiva chinesa, o Irã pode auxiliar na contenção do poder dos EUA no Oriente Médio, enquanto a China desestabiliza a influência dos EUA na Ásia Oriental. O Irã é a única potência regional importante que não está alinhada aos Estados Unidos. Se a China decidisse aumentar a sua presença militar no Oriente Médio, então o Irã poderia ter um papel essencial na obtenção dos objetivos de Pequim. (*Ibid.* p. 52, tradução nossa).²⁷

Ademais, o Irã está localizado no centro do mapeamento da BRI e por este motivo é um componente vital para o sucesso do projeto. Conforme apontado por Erdbrink (2017, online), “para as ambições globais da China, o Irã está no centro de tudo”. A localização estratégica do Irã para a China é histórica, estando no centro da antiga “Rota da Seda”, que funcionava como um corredor comercial conectando o Oriente e o Ocidente. Procurando reviver este marco e simbolizar o começo da “Nova Rota da Seda”, em 2016 inaugurou-se o primeiro trem de carga conectando os dois países. Saindo da província chinesa de Xinjiang e chegando à capital iraniana Teerã, o trem passa pelo Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão em um trajeto de 14 dias, o que leva uma média de 45 dias por vias marítimas (LI, 2019).

Até aqui já se pode compreender a importância do Irã para a China em termos estratégicos: primeiramente, pois a China busca garantir a sua segurança energética através da diversificação de mercados fornecedores de petróleo; em seguida, entende o Irã como um ator-chave para o mapeamento da BRI, dada a sua localização central no Oriente Médio. À vista destes fatores, existem diversos projetos da China de investimento e construção no Irã em andamento, visando melhorar a interconectividade entre os dois países e facilitar o acesso da China ao mercado internacional para além das fronteiras iranianas, ao passo que desenvolve a infraestrutura local e impulsiona a recuperação econômica do Irã.

No início de 2021, a relação bilateral sino-iraniana progrediu em favor da cooperação estratégica, com a assinatura do “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 anos” (25 年全面合作协议), que havia sido proposto anteriormente por Xi Jinping em 2016 (FASSIHI; MYERS, 2021). Os princípios deste Acordo e o que ele significa partindo de uma perspectiva estratégica pragmática da diplomacia econômica da China serão abordados na próxima seção.

²⁷ Texto original: “From China’s perspective, Iran can help counter U.S. power in the Middle East as China chips at U.S. influence in East Asia. Iran is the only major regional power that is not aligned with the United States. If China decided to increase its military presence in the Middle East, then Iran could play an invaluable role in achieving Beijing’s geostrategic goals.”

3. A diplomacia econômica Chinesa no Irã

3.1 O Acordo de Cooperação Abrangente Sino-Iraniano

Segundo Fulton (2019, p. 33), durante uma visita presidencial ao Irã em 2016, Xi Jinping propôs que a relação bilateral sino-iraniana evoluísse para o nível mais alto na hierarquia de relações diplomáticas da China: a “Parceria Estratégica Abrangente”²⁸ (全面战略伙伴关系). Neste encontro, foram negociados os termos do chamado “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 Anos”, oficialmente assinado e aprovado em março de 2021. O Acordo objetiva o desenvolvimento de diversas áreas econômicas no Irã e planeja a injeção de capital no país em um valor estimado em 400 bilhões de dólares nas áreas de produção energética, industrial e de infraestrutura, em troca do fornecimento de petróleo à China a baixo custo durante o período de 25 anos. A cooperação inclui, dentre outros, os setores financeiro, portuário e ferroviário, de telecomunicações, saúde e tecnologia da informação (FASSIHI; MYERS, 2021).

Sobre os fundamentos do Acordo, Katzman (2021, p. 45) explica:

[...] O Irã e a China têm negociado um acordo de 25 anos para a China investir um total de US\$280 bi nos setores iranianos de petróleo, gás e petroquímica, e US\$120 bi para melhorar a infraestrutura de transporte e manufatura do Irã. O Acordo divulgou a possibilidade da venda de armamentos ao Irã e outros laços estratégicos, além de compra de petróleo iraniano pela China a baixo custo. (tradução nossa).²⁹

Em um documento elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores do Irã e divulgado pelo IranWire (2020) intitulado de “*Iran-China 25-Year Comprehensive Partnership Document*”, explicitam-se os principais temas do Acordo: 1. Investimento e cooperação nos setores petroleiro e energético; 2. Ativa participação do Irã no *Belt and Road Initiative*; 3. O desenvolvimento da costa do Macran³⁰; 4. Cooperação na área de tecnologia e telecomunicações; 5. Cooperação nos setores financeiro, econômico e comercial; 6. Cooperação bilateral nas áreas militar, de defesa e segurança; e por fim, 7. Suporte político.

²⁸ Título original, no inglês: “*Comprehensive Strategic Partnership*”. *Comprehensive* significa a cooperação em larga escala e em diversos níveis, como nos setores econômico, científico, tecnológico, político e cultural, no âmbito público e privado. *Strategic* significa que a cooperação deve ser a longo prazo e estável (SCMP, 2016).

²⁹ Texto original: “[...] *Iran and China have negotiated a reported 25-year deal for China to invest a total of \$280 billion in Iran’s oil, gas, and petrochemical sectors, and \$120 billion to upgrade Iran’s transport and manufacturing infrastructure. The deal reportedly might include arms sales to Iran and other strategic ties, and China’s purchases of Iranian oil at discounted prices.*”

³⁰ Na costa do Macran encontra-se o Porto de Chabahar, o único porto iraniano com saída para o oceano. Devido à sua localização estratégica, possui um papel importante no trânsito e transporte de carga para o Afeganistão, Ásia Central e outros portos do Golfo Pérsico (PMO, 2021).

Sobre o investimento e a cooperação nos setores petrolífero e energético, Corneliussen (2020, p. 3) aponta que através do Acordo, empresas chinesas podem contribuir para a construção de novos oleodutos e gasodutos, conectando-se às redes regionais já existentes e formando novos corredores energéticos entre a China e o Irã. Já na área de desenvolvimento de infraestrutura através da BRI, ele afirma que a cooperação pode modernizar o setor ferroviário do Irã com trens de alta-velocidade, “conectando a China e o Irã via Cazaquistão e Turcomenistão e via Afeganistão e Paquistão, consolidando corredores econômicos na Ásia Central e no Sul Asiático.” (*Ibid.* p. 4, tradução nossa). Sobre este aspecto, Belal (2020, p. 55) afirma que o Acordo funciona como um complemento à BRI:

Essa parceria está sendo descrita como uma representação da extensão da visão da BRI. A BRI e o Plano de Cooperação de 25 Anos pode ser um recomeço para o Irã, seu regime e sua economia. Por outro lado, mostra uma China mais confiante e segura de si, a qual avaliou os riscos assim como os benefícios a curto e longo-prazo e descobriu que é seguro expandir a sua presença global. (tradução nossa).³¹

No âmbito da cooperação nos setores financeiro, econômico e comercial, Chaziza (2019b, p. 3) descreve que além de uma tolerância para a realização de pagamentos das produções iranianas por parte da China até o período de dois anos, os termos do Acordo garantem a utilização da moeda chinesa (renminbi) em transações entre os dois países, “o que significa que dólares não estarão envolvidos nos pagamentos da China aos *commodities* do Irã.” (tradução nossa). Nas áreas sociais, além de abranger os setores de turismo e cultura, o que também auxilia no desenvolvimento econômico, deve haver “a cooperação no ensino superior, com a troca de professores e intercâmbio de estudantes, cooperação científica, transferência de novas tecnologias e o conjunto desenvolvimento de projetos.” (BELT AND ROAD PORTAL, 2017, *online*, tradução nossa).

Dentro da cooperação bilateral nas áreas militar, de defesa e segurança, Roy-Chaudhury (2020, p. 2) aponta que o Acordo descreve atividades de “[...] treinamento em conjunto, exercício militar, pesquisa e desenvolvimento de armas e compartilhamento de inteligência”, o que, segundo o autor, pode tornar inevitável a crescente presença militar da China na região. Para Corneliussen (2020, p. 2), apesar do Irã não ter intenções de abrir espaço para que a China instale bases militares permanentes no país ou ganhe controle sobre o seu território, “ao desenvolver contratos industriais e de infraestrutura no Irã, a China pode exigir a instalação de segurança em lugares onde há construções em andamento, principalmente em áreas onde o risco de segurança é maior.” (tradução nossa).

³¹ Texto original: “*This partnership is being described as representing the extension of the BRI vision. The BRI and the 25-year cooperation plan could be a new lease of life to Iran, the regime and also the economy. On the other hand, it shows a more confident and self-assured China that has evaluated the risks as well as the benefits in short and long term and has found it safe to expand its global footprints.*”

Finalmente, com relação ao suporte político, o Ministério de Relações Exteriores da China afirma que além do apoio mútuo em questões fundamentais relacionadas aos seus interesses nacionais, como a independência, soberania e integridade territorial, a “Parceria Estratégica Abrangente” visa “expandir trocas bilaterais governamentais e cooperação entre governos locais, partidos e grupos políticos, fortalecendo trocas de experiência e interações em várias áreas.” (BELT AND ROAD PORTAL, 2017, *online*, tradução nossa). Além disso, a China “apoia o plano de desenvolvimento do Irã e o apoia em desempenhar um papel mais importante nos assuntos regionais e internacionais.” (*Ibid.*).

Caso implementado integralmente, o Acordo irá expandir enormemente os laços militares, econômicos e políticos entre a China e o Irã, representando um marco na expansão da relação bilateral estratégica entre os dois países (BERMAN, 2020). Ademais, representa “um desenvolvimento com grandes implicações para a geopolítica regional e uma ameaça clara ao esforço dos Estados Unidos em isolar e conter a República Islâmica [do Irã].” (*Ibid. online*, tradução nossa). Corneliussen (2020, p. 1) acredita que a longo prazo o Acordo pode vir a transformar o equilíbrio estratégico e geopolítico do Oriente Médio.

Portanto, além da cooperação estar sob o guarda-chuva da BRI, o que é de grande interesse da China, o Acordo pode trazer muitos benefícios para ambas as partes, incluindo um ganho geopolítico para a China e a expansão da sua influência na região do Golfo Pérsico. Ao mesmo tempo, o Irã é beneficiado através da atração de investimentos e suporte em diferentes áreas, impulsionando o seu desenvolvimento econômico. Diante destes fatores, a próxima subseção objetiva compreender a ação estratégica da diplomacia econômica chinesa na região do Golfo Pérsico em um cenário de aproximação com o Irã.

3.2 Um olhar sobre as ações da diplomacia econômica chinesa no Irã

Conforme visto na primeira seção deste artigo, Chatterjee (2020) define o conceito de Diplomacia Econômica como um processo dinâmico, criativo e inovador. O autor adiciona que na arte da negociação deve-se almejar o desenvolvimento socioeconômico e a maximização dos benefícios de ambas as partes, não havendo espaço para força bruta. Estes aspectos podem ser relacionados à diplomacia econômica chinesa, pois no governo de Xi Jinping, no lugar de prezar por alianças – que podem expor os Estados a um alto risco– as parcerias estratégicas vêm se fortalecendo na relação da China com os seus parceiros internacionais. Essa é uma abordagem diferente da tradicionalmente exercida pelas potências ocidentais. A diplomacia econômica da China trabalha sob uma perspectiva

pragmática em um cenário de cooperação *win-win* através de uma relação flexível e não coercitiva com outros Estados.

Ao aproximar-se do Irã, a China utiliza do seu poder de barganha e da sua capacidade de investimento de acordo com os seus interesses, mas também se compromete em investir em diferentes setores socioeconômicos, como saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento. Sob o olhar de Chatterjee (2020), a Diplomacia Econômica visa, além de questões comerciais, o fortalecimento econômico, fazendo parte de um fenômeno contínuo. A assinatura do “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 Anos Sino-Iraniano” está dentro deste conceito, pois através do Acordo, a China pode auxiliar o Irã a recuperar a sua economia a longo-prazo, através do desenvolvimento de infraestrutura e investimentos.

As parcerias estratégicas permitem à China desfrutar da ampla cooperação com os Estados e aproximar-se de rivais regionais na busca de interesses mútuos, como é o caso do Irã e da Arábia Saudita, ambos com os quais possui um bom relacionamento, mas sem possuir laços inquebráveis. Segundo Fulton (2019, p. 34), dentre as características das parcerias estratégicas da China, “a mais importante é a ênfase na flexibilidade ao passo que limita compromissos explícitos”. Fica claro, portanto, que a China não está disposta a colocar em risco a sua própria estabilidade para proteger um único país. Sobretudo, procura não se envolver em conflitos regionais ou aproximar-se demasiadamente de um só Estado. No Golfo Pérsico, busca manter boas relações com os três atores regionais principais: os Estados Unidos, a Arábia Saudita e o Irã. As ações da China no Irã são tomadas através de uma postura cautelosa, o que pode ser entendido também como uma maneira de proteger os seus próprios interesses:

A China valoriza uma relação próxima com o Irã, mas quer garantir que os dois países não sejam percebidos pelo Ocidente como estando muito próximos. Pequim havia limitado suas relações econômicas com o Irã devido às ambições nucleares de Teerã, e as sanções como resultado. Enquanto a China se beneficia da confiança do Irã e compartilha do sentimento Islâmico de contrabalancear os Estados Unidos no Golfo Pérsico, Pequim não irá muito longe em desafiar os Estados Unidos. (SCOBELL; NADER, 2016, p. 72, tradução nossa).³²

Apesar de declarar publicamente a sua oposição à retirada dos Estados Unidos do Acordo Nuclear, o que é chamado pelo governo chinês de “decisão unilateral”³³, a China buscou respeitar, na

³² Texto original: “China values close relations with Iran but will want to make sure that the two countries are not perceived by the West as being too close. Beijing had limited its economic interactions with Iran because of Tehran’s nuclear ambitions and the resulting sanctions. While China benefits from Iran’s reliance on it, and shares the Islamic republic’s desire to balance against the United States in the Persian Gulf, Beijing will only go so far in challenging Washington.”

³³ “Em maio de 2018, o Presidente dos Estados Unidos Donald Trump anunciou unilateralmente a retirada do Acordo Nuclear Iraniano e impôs as maiores sanções na história do Irã, mas os outros cinco países envolvidos na questão nuclear

maioria das vezes, as sanções impostas pelos norte-americanos, mesmo nos anos anteriores ao governo de Donald Trump, quando o Programa Nuclear ainda estava sendo discutido. Por um lado, isso demonstra que a China procura respeitar a estabilidade nas relações internacionais; por outro, pode ser visto como uma maneira de proteger os seus dois objetivos principais na região do Golfo Pérsico: a sua segurança energética e a implementação da BRI.

A manutenção da paz no Golfo Pérsico é essencial para dar continuidade aos projetos chineses e concretizar os objetivos econômicos desenhados sob a BRI: “a precondição para o crescimento econômico contínuo, assim como a troca comercial e o investimento, é um ambiente pacífico na região.” (SCOBELL; NADER, 2016, p. 77, tradução nossa). Portanto, é estrategicamente benéfico para a China manter a estabilidade regional:

Isso envolve a China tentando espalhar as suas apostas o tanto quanto possível entre as duas maiores potências regionais, Arábia Saudita e Irã, sem antagonizar os dois países ou acabar prendendo-se em sua rivalidade regional. Ao mesmo tempo, Pequim reconhece que não seria sensato minar os Estados Unidos, provedor de segurança regional, já que isso poderia resultar em um crescente emaranhamento da China na geopolítica regional e poderia também antagonizar os EUA desnecessariamente. (GARLICK; HAVLOVÁ, 2020, p. 99, tradução nossa).³⁴

É vantajoso para a China ter nos Estados Unidos a responsabilidade de manter a segurança regional em um ambiente com tantos conflitos como é o caso do Oriente Médio, pois assim tem espaço para expandir e securitizar os seus interesses econômicos, ao adentrar na região com um perfil amistoso e conciliador, além de trazer inúmeras oportunidades de prospecção de capital para estes países. Contudo, ao evitar formar alianças ou estremecer a sua relação com os outros *players* do jogo político global como os Estados Unidos, a China tem encontrado, de certa maneira, empecilhos que a limitam, ou a impedem, de colocar os seus próprios planos em prática. Isso pode vir a mudar, entretanto, caso a China saiba utilizar os seus meios econômicos para exercer um maior poder político e influência diplomática na região.

Além dos empecilhos impostos por fatores externos, o pragmatismo da diplomacia chinesa tem mostrado que os passos tomados pela China não são atitudes de risco sem antecedentes de análise de

iraniana afirmaram que continuarão no Acordo Nuclear.” (MINISTRY OF COMMERCE PRC, 2019, *online*, tradução nossa).

³⁴ Texto original: “*This involves China attempting to spread its bets as far as possible between the two major regional powerhouses, Saudi Arabia and Iran, without antagonizing either of them or becoming caught up in their regional rivalry. At the same time, Beijing recognizes that it would not be sensible to undermine the region’s security provider, the United States, since this could result in increased Chinese entanglement in regional geopolitics and could also unnecessarily antagonize the US.*”

cada situação. Sabe-se que o perfil diplomático da China é de tomar decisões pensando nos efeitos a longo-prazo, em um futuro que pode levar décadas para mostrar os seus reais resultados. Sendo assim, um acordo ou uma aproximação com qualquer país é meticulosamente analisado pela política externa chinesa – em especial um país como o Irã – que pode trazer muitos benefícios para China, mas ao mesmo tempo, carrega consigo divergências contundentes nas últimas décadas.

No entanto, nota-se que o governo de Xi Jinping vem dando sinais de que estão cada vez mais interessados em cooperar com o Irã e prontos para inseri-lo em sua agenda política global. Em um encontro com autoridades iranianas em 2019, Xi Jinping afirmou que “mesmo diante de mudanças regionais ou internacionais, a China e o Irã estão determinados a desenvolver uma parceria estratégica abrangente.” (MINISTRY OF COMMERCE PRC, 2019, *online*, tradução nossa). Essa prontidão pode estar sendo impulsionada pelo anseio da China em diversificar o seu mercado fornecedor de recursos energéticos, vendo no Irã uma oportunidade para diminuir a sua dependência na Arábia Saudita como o seu principal fornecedor de petróleo.

Qian Keming, Vice-Ministro do Comércio da China, aponta que apesar da cooperação econômica e comercial sino-iraniana se deparar com certas dificuldades e desafios, empresários de ambas as partes devem trabalhar em conjunto, utilizando do máximo de sabedoria para encontrar soluções e seguir aprofundando os benefícios mútuos da cooperação econômica e comercial entre os dois países. Wang Yi, Ministro de Relações Exteriores da China, afirma que à frente de eventos momentâneos, os dois países devem seguir com a sua determinação estratégica, mantendo e desenvolvendo a cooperação sino-iraniana dentro de uma perspectiva de longo-prazo. (MINISTRY OF COMMERCE PRC, 2019).

O isolamento do Irã no sistema internacional e o estrangulamento econômico causado pelas sanções impostas pelos Estados Unidos, de uma perspectiva chinesa, deu à China uma oportunidade de aproximação à uma potência regional como o Irã em busca de cooperação; de uma perspectiva iraniana, deu ao Irã uma oportunidade de recuperação econômica: “no Ocidente liderado pelos Estados Unidos, a China sempre aproveitou oportunidades em países onde a presença das grandes potências é tênue. Como parte dessa estratégia, Teerã é um parceiro ideal para Pequim, por seus recursos naturais e sua influência geopolítica.” (LIU; WU 2010, p. 52, tradução nossa).

Ao aproximar-se do Irã, a China quebra o paradigma da sua política externa de “*cold politics, hot economics*”, visto que o perfil do Acordo Sino-Iraniano não está limitado a benefícios econômicos, garantindo, inclusive, cooperação militar e suporte político entre os dois países. Conforme descrito por Zhang (2017), um dos obstáculos que a Diplomacia Econômica Chinesa enfrenta é a dificuldade estrutural do sistema internacional de substituir uma potência já consolidada por uma ascendente. Isso não deve ser um impasse na sua relação com o Irã, visto que este já está isolado internacionalmente.

O autor também aponta a falta de aspiração por liderança por parte da China. Contudo, essa postura vem mudando significativamente com uma política externa mais assertiva a partir da entrada de Xi Jinping ao poder e a sua proposta de um projeto tão ambicioso como a BRI. Percebe-se a importância do Irã para auxiliar no processo da proeminência chinesa, pois a China deposita neste país um papel central para o mapeamento da BRI, e a decisão de consolidar um acordo com o governo iraniano durante o período de 25 anos pode ser visto como evidência deste fato.

Ao definir a Diplomacia Econômica como “a conversão entre riqueza e poder”, Zhang (2017) argumenta que este é o maior desafio da China no âmbito internacional. Contudo, o sucesso da implementação do Acordo Sino-Iraniano pode servir como porta de entrada para que a China possa exercer o seu poder de influência sobre o Irã para além de questões meramente econômicas. O Irã tem se tornado cada vez mais dependente da China economicamente, e a crescente dependência de uma potência regional diante de uma superpotência, naturalmente pode auxiliar este a alimentar as suas capacidades políticas e militares sobre aquele. Este cenário pode impulsionar a expansão da presença chinesa no Golfo Pérsico, beneficiando-a de um poder de persuasão mais amplo nas relações internacionais e desempenhando um papel protagonista dentre as grandes potências e na governança global.

Zhang (2017) descreve que as estratégias (articulação e reciprocidade), juntamente com os mecanismos (instituições e plataformas), são essenciais para converter riqueza e poder. O Acordo de 25 Anos está diretamente relacionado à articulação e à reciprocidade, pois no Acordo estão articulados, dentre outros, os planos econômico e de segurança em um ato recíproco, onde ambos se comprometem no apoio e na troca de interesses para o sucesso da cooperação. Além disso, os diálogos em andamento sobre o acordo de livre comércio entre a China e o CCG também representam um ato típico de reciprocidade, conforme os conceitos explícitos pelo autor sobre as premissas teóricas da Diplomacia Econômica.

Em setembro de 2021, foi aprovada a participação do Irã como membro efetivo da Shanghai Cooperation Organization (SCO)³⁵, onde era observador desde 2005. Os membros da SCO correspondem a cerca de um terço do território global e juntos fazem parte de aproximadamente um quarto do PIB mundial (FATHI, 2021). A SCO, juntamente com a BRI e outros projetos regionais propostos pela China, são exemplos de instituições e plataformas onde riqueza e poder têm espaço para conversão, onde as estratégias da China podem ser colocadas em prática. Reeves (2018 *apud*

³⁵ Organização regional composta por China, Rússia, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Paquistão, com o objetivo de cooperar em meios políticos, econômicos e militares.

GARLICK; HAVLOVÁ, 2020, p. 86) aponta que a China tem utilizado a SCO para cultivar o apoio dos líderes locais e aumentar a sua influência política e econômica regional.

O Irã incitava a sua inserção na Organização como membro efetivo desde 2008, sendo negada pelos membros principais, China e Rússia, devido às sanções as quais o Irã já vinha sendo submetido e às tensões envolvidas na sua relação com outros países (CONDUIT; AKBARZADEH, 2019). A disposição da China em aceitar o Irã como membro representa um avanço diplomático significativo e é reflexo de uma China que se sente mais confiante para inserir o Irã em sua agenda política global. Além disso, acredita-se que a inserção do Irã pode facilitar os planos regionais da China: “com o ingresso do Irã, a SCO passa a ter todos os *players* regionais relevantes para debater sobre questões como segurança, conectividade e desenvolvimento econômico.” (EGUEGU; AATIF, 2021, *online*, tradução nossa).

Mais adiante, a entrada do Irã pode servir como ferramenta de barganha para pressionar os Estados Unidos a cooperar com o país na questão nuclear. Conforme visto ao longo deste trabalho, a volta dos EUA ao Acordo Nuclear é vantajosa para a China. A decisão em aceitar o Irã como membro da SCO pode ser entendida, portanto, como um dos mecanismos utilizados pela China com o intuito de se fortalecer no cenário internacional. De acordo com Scobell e Nader (2016, p. 69), “a participação do Irã na SCO pode fortalecer os interesses chineses na Ásia Central e em todo o mundo muçulmano.” (tradução nossa).

Em suma, supondo que as quatro principais tarefas da diplomacia econômica chinesa no Golfo Pérsico sejam: 1. Ter livre acesso aos recursos energéticos; 2. Utilizá-lo como rota de passagem à Europa e à África através dos projetos ligados à BRI; 3. Fortalecer a presença econômica da China na região; e, finalmente, 4. Expandir o seu poder de influência; então o Irã é, de fato, peça-chave neste sentido. Apesar da relação bilateral sino-iraniana ter sido afetada pelas sanções ocidentais e pela pressão norte-americana, a parceria estratégica entre os dois países tem se fortalecido, e a China tem manifestado sinais de que está preparada para cooperar com o Irã. A “Parceria Estratégica Abrangente” com o Irã é reflexo de uma política externa chinesa pragmática que entende que a cooperação sino-iraniana pode lhe trazer resultados diplomáticos positivos e ser a oportunidade que precisa para colocar os seus planos em prática.

Considerações Finais

Devido ao rápido crescimento econômico da China nas últimas décadas, a segurança energética tornou-se questão central na agenda da política externa chinesa. O Golfo Pérsico, além de rico em recursos energéticos, possui uma localização altamente estratégica para os ambiciosos planos regionais da China. Conforme abordado ao longo desta pesquisa, o desafio da diplomacia econômica chinesa é

converter a riqueza econômica da China em recursos de poder. Diferentes ações mostram que o país tem se mobilizado para encontrar este ponto de conversão na região do Golfo Pérsico. Na relação da China com os países do CCG, por exemplo, com quem a troca comercial é expressiva e percebe-se uma crescente interdependência econômica, há diálogos em andamento no sentido de viabilizar um acordo de livre comércio.

Ao mesmo tempo, a China, que busca equilibrar as suas relações no Golfo Pérsico, também se aproxima do Irã como uma oportunidade de colocar em prática este ponto de conversão. Apesar das sanções econômicas e do isolamento internacional, o Irã continua sendo um importante *player* regional, com uma alta capacidade de produção energética e posição geográfica extremamente importante para a BRI, funcionando como um corredor econômico de conectividade e fluxo de acesso da China aos mercados globais.

Devido à pressão do sistema internacional e as divergências do Irã para com outros países, Pequim manteve uma postura cautelosa em direção à Teerã nos últimos anos. Contudo, houve avanços diplomáticos significativos na relação bilateral sino-iraniana, que passou a estar dentro de uma “Parceria Estratégica Abrangente”: além da China aumentar a importação de petróleo iraniano a partir dos primeiros meses de 2021, os dois países assinaram o “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 anos”, e o Irã foi admitido na Shanghai Cooperation Organization. Estes fatos mostram a disposição da China em inserir o Irã em sua agenda global, maior confiança na relação bilateral sino-iraniana, assim como uma China mais segura das suas próprias capacidades políticas no âmbito internacional.

As habilidades diplomáticas da China têm a permitido tirar a melhor vantagem de cada contexto na busca por interesses mútuos, pois cria laços de confiança com dois diferentes atores importantes para a região do Golfo Pérsico – a Arábia Saudita e o Irã – ao passo que procura manter a estabilidade regional através de uma relação balanceada com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a presença chinesa no Golfo Pérsico pode dar corpo a um cenário onde a China tem papel de mediadora dos conflitos entre os Estados Unidos e o Irã, visto que a diplomacia chinesa procura manter uma relação flexível com ambos. Ao aproximar-se do Irã, a China pode influenciá-lo a prezar pela estabilidade regional, enquanto utiliza do seu poder de barganha para impulsionar os Estados Unidos a dialogar com o Irã, principalmente nas negociações que concernem à crise nuclear.

De fato, o Irã encontrou na China uma maneira de superar as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e o seu isolamento no sistema internacional. Por outro lado, a China utiliza a conjuntura atual como oportunidade para diversificar o suprimento de recursos energéticos, e viabiliza, através da diplomacia econômica, a concretização de seus objetivos mapeados pela BRI. Além disso, ao superar agendas meramente econômicas, a cooperação estratégica com o Irã pode servir de porta

de entrada para que a China fortaleça a sua presença no Golfo Pérsico. A expansão da presença chinesa e da sua influência na região pode garantir à China a proteção dos seus interesses – como a questão da segurança energética – sem estar vulnerável à intervenção de fatores externos – como a pressão dos Estados Unidos.

Sem se expor a grandes riscos ou criar conflitos entre as partes interessadas neste tabuleiro regional, a diplomacia econômica chinesa, altamente flexível e pragmática, vê as vantagens da cooperação sino-iraniana a longo-prazo. A China adota passos cautelosos, mas consistentes, sem pressa ou disposta a arriscar a sua relação com a Arábia Saudita, o Irã, ou com os Estados Unidos. A diplomacia econômica chinesa no Golfo Pérsico em um cenário de aproximação com o Irã é, portanto, uma diplomacia sem alianças, mas determinada e segura de seus interesses, visando a cooperação e a maximização dos benefícios. A aproximação com o Irã é reflexo de uma China mais confiante e segura de si, a qual avaliou os riscos, assim como os benefícios a longo-prazo e descobriu que é seguro inserir o Irã em sua agenda global visando os seus interesses geoeconômicos.

Por fim, conclui-se que as principais estratégias da China ao utilizar a diplomacia econômica na região do Golfo Pérsico, em um cenário de aproximação com o Irã, são: 1. Ter livre acesso aos recursos energéticos; 2. Utilizá-lo como rota de passagem à Europa e à África através dos projetos ligados à BRI; 3. Fortalecer a presença econômica da China na região; e, 4. Expandir o seu poder de influência. Ademais, a crescente dependência do Irã, uma potência regional, na relação com a China, uma superpotência, pode alimentar a influência deste sobre aquele, e mais adiante, impulsionar o poder de persuasão da China nas relações internacionais.

Não obstante, a relação diplomática mais evidente entre estes dois países pode resultar em divergências regionais, dados os mais diversos conflitos de interesse existentes na região do Golfo Pérsico. Ademais, pode afetar também, a relação da China com outras grandes potências, como os Estados Unidos. Por se tratar de um tema que envolve fatos contemporâneos, as informações e análises as quais se podem obter compõem uma relação em processo de construção. Para estudos posteriores sobre o tema, recomenda-se acompanhar o desdobramento da aproximação estratégica entre os dois países, principalmente através do “Acordo de Cooperação Abrangente de 25 anos”, assim como o desencadear dos efeitos de uma maior presença da China na região do Golfo Pérsico.

Referências

BAYNE, Nicholas; WOOLCOCK, Stephen. What is Economic Diplomacy? *In: _____* (Ed.). **The new Economic Diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations.** 4a.ed. New York: Routledge, 2017. cap. 1. *E-book*.

BELAL, Kulsoom. China-Iran relations: prospects and complexities. **Policy Perspectives**, [S.l.], Pluto Journals, v. 17, n. 2, p. 47-66, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.13169/polipers.17.2.0047>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BP. Statistical review of world energy 2021. **bp**, [S.l.], 70. ed, p. 16-33, 2021. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2021-oil.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2021.

BERMAN, Ilan. What Iran gets from the strategic deal with China. **American Foreign Policy Council (AFPC)**, [S.l.], jul. 2020. Disponível em: <<https://www.afpc.org/publications/articles/what-iran-gets-from-the-strategic-deal-with-china>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CHABAHAR Port. **PMO**, Ministry of Roads & Urban Development, Islamic Republic of Iran, 2021. Disponível em: <<https://www.pmo.ir/en/portsandterminals/iranianports/chabaharport>>. Acesso em: 18 out. 2021.

CHATTERJEE, Charles. **Economic Diplomacy and foreign policy-making**. Switzerland: Palgrava Macmillan, 2020. 201 p.

CHAZIZA, Mordechai. China's Economic Diplomacy approach in the Middle East conflicts. **China Report**, [S.l.], v. 55, n. 1, p. 24-39, fev. 2019a. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0009445518818210>>. Acesso em: 1 out. 2021.

CHAZIZA, Mordechai. Roadmap for a Chinese-Iranian strategic partnership. **BESA Center Perspectives Paper**, [S.l.], v. 1, n. 303, out. 2019b, 3 p. Disponível em: <<http://besacenter.org/wp-content/uploads/2019/09/1303-China-Iran-Strategic-Partnership-Chaziza-final.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CHERKAOUI, Mohammed. Trump's withdrawal from the Iran Nuclear Deal: Security or Economics? **Al Jazeera Centre for Studies**, [S.l.], maio 2018, 11 p. Disponível em: <https://studies.aljazeera.net/sites/default/files/articles/reports/documents/d6a4c71882da438e9de76152c7e3a8dc_100.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CHINA's crude oil imports surpassed 10 million barrels per day in 2019. **EIA**, [S.l.], 23 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=43216>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CHINA's Iran oil imports seen hitting new high in March, curbing OPEC output option. **REUTERS**, [S.l.], 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/energy/chinas-iran-oil-imports-seen-hitting-new-high-march-curbing-opec-output-options-2021-03-30/>>. Acesso em: 3 out. 2021.

CHINA's school bus donation to Macedonia derided. **The Telegraph**, [S.l.], 28 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/8920865/Chinas-school-bus-donation-to-Macedonia-derided.html>> Acesso em: 7 jun 2021.

CONDUIT, Dara; AKBARZADEH, Shahram. Great Power-Middle Power dynamics: the case of China and Iran. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 117, p. 468-481, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1542225>>. Acesso em: 27 out. 2021.

CORNELIUSSEN, Arne Elias. 25-Year China-Iran Strategic Agreement charts China-Iran Economic Corridor: architecture & implications. **Norwegian-British Chamber of Commerce**, [S.l.], UK Newsletter, ago. 2020, 5 p. Disponível em: <https://nrci.no/External/25year_China_Iran_Strategic.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

EGUEGU, Ovigwe; AATIF, Javairyah K. Iran's membership raises the SCO's profile – and expectations, **THE DIPLOMAT**, [S.l.], 21 set. 2021. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2021/09/irans-membership-raises-the-scoss-profile-and-expectations/>>. Acesso em: 26 out. 2021.

ERDBRINK, Thomas. For China's global ambitions, 'Iran is the center of everything'. **The New York Times**, [S.l.], 25 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/07/25/world/middleeast/iran-china-business-ties.html>>. Acesso em: 5 out. 2021.

EIA. **Country Analysis Executive Summary: China**. [S.l.], 2020b. 18 p. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/China/china.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

EIA. **Country Analysis Executive Summary: Iran**. [S.l.], 2021. 11 p. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/Iran/pdf/iran_exe.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

FASSIHI, Farnaz; MYERS, Steven Lee. China, with \$400 billion Iran deal, could deepen influence in Mideast. **The New York Times**, [S.l.], 27 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2021/03/27/world/middleeast/china-iran-deal.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FATHI, Nazila. What will SCO membership mean for Iran? **Middle East Institute**, 28 set. 2021. Disponível em: <<https://www.mei.edu/publications/what-will-sco-membership-mean-iran>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FULTON, Jonathan. Friends with benefits: China's partnership diplomacy in the Gulf. *In*: POMEPS. **Shifting Global Politics and the Middle East**. [S.l.], POMEPS STUDIES, n. 34, 2019, 85 p. Disponível em: <https://pomeps.org/wp-content/uploads/2019/03/POMEPS_Studies_34_Web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

GARLICK, Jeremy; HAVLOVÁ, Radka. China's "Belt and Road" Economic Diplomacy in the Persian Gulf: strategic edging amidst Saudi-Iranian regional rivalry, [S.l.], **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 49, n. 1, p. 82-105, jan. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1868102619898706>>. Acesso em: 3 out. 2021.

IRAN Fully connects with the "Belt and Road Initiative" to "lay the red carpet" for Chinese companies going to Iran. **MINISTRY OF COMMERCE PRC**, 2019. Disponível em: <<http://ir.mofcom.gov.cn/article/zxhz/201905/20190502864586.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2021.

IRAN (IRN) Exports, Imports, and Trade Partners. **OECD**, 2019b. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/irn#top>>. Acesso em: 31 maio 2021.

JOINT statement of the People's Republic of China and the Islamic Republic of Iran on the establishment of a Comprehensive Strategic Partnership. **BELT AND ROAD PORTAL**, 2017. Disponível em: <<https://www.yidaiyilu.gov.cn/zchj/sbwj/2422.htm>>. Acesso em: 23 out. 2021.

JUNEAU, Thomas. The Enduring Constraints on Iran's Power after the Nuclear Deal. **Political Science Quarterly**, [S.l.], Academy of Political Science, v. 134, n. 1, p. 39-61, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/polq.12869>> Acesso em: 5 jun 2021.

KATZMAN, Kenneth. Iran Sanctions. **Congressional Research Service**, [S.l.], abr. 2021, 91 p. Disponível em: <<https://sgp.fas.org/crs/mideast/RS20871.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2021.

KERR, Paul K; KATZMAN, Kenneth. Iran Nuclear Agreement and U.S. Exit. **Congressional Research Service**, [S.l.], jul. 2018, 35 p. Disponível em: <<http://goodtimesweb.org/diplomacy/2019/R43333.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LI, Tianyang. Belt & Road Initiative expands China-Iran cooperation. **China Daily**, [S.l.], 25 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/a/201901/25/WS5c4aa81da3106c65c34e6912.html>>. Acesso em: 5 out. 2021.

LIST of countries that have signed cooperation documents with China to jointly build the "Belt and Road". **BELT AND ROAD PORTAL**, [S.l.], 12 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.yidaiyilu.gov.cn/xwzx/roll/77298.htm>>. Acesso em: 18 maio 2021.

LIU, Hongyang. Work together to write a new chapter in China-Indonesia economic cooperation. **Embassy of The People's Republic of China in The Republic of Indonesia**, 2014. Disponível em: <<http://id.china-embassy.org/eng/sgxx/dsjh/t1213466.htm>> Acesso em: 8 jun 2021.

LIU, Jun; WU Lei. Key Issues in China-Iran Relations. **Journal of Middle Eastern Eastern and Islamic Studies (in Asia)**, v. 4, n. 1, p. 40-57, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19370679.2010.12023147>>. Acesso em: 5 out. 2021.

MARSCHALL, Christin. Foundations of Iran's Persian Gulf Policy. *In*: _____. **Iran's Persian Gulf Policy**. London e New York: RoutledgeCurzon, 2003, cap. 1, p. 3-24.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS IR. **Iran-China 25-year Comprehensive Partnership Document**. [S.l.], IranWire, 2020, 18 p. Disponível em: <<https://multimedia.iranwire.com/pdf/China25.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2021.

NEWLAND, Sara; GOVELLA, Kristi. Hot Economics, Cold Politics? Reexamining Economic Linkages and Political Tensions in Sino-Japanese Relations. **APSA 2010 Annual Meeting Paper**, Washington, set. 2010, 39 p. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1642141>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

OECD. China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Finance Landscape. **OECD Publishing**, Paris, OECD Business and Finance Outlook 2018, p. 61-101, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/9789264298828-en>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

OPEC share of world crude oil reserves, 2018. **OPEC**, 2019. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em: 18 maio 2021.

PREMIER Li Keqiang holds talks with Indian Prime Minister Manmohan Sign, stressing to push for new achievements in China-India strategic and practical cooperation. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (FMPRC)**, 2013b. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/lkqipsg_665690/t1043443.shtml>. Acesso em: 8 jun 2021.

QIAN, Xuming; FULTON, Jonathan. China-Gulf economic relationship under the “Belt and Road” Initiative. **Asian Journal of Middle Eastern and Islamic Studies**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 12-21, jul. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/25765949.2017.12023306>>. Acesso em: 16 set. 2021.

QUICK guide to China's diplomatic levels. **South China Morning Post (SCMP)**, [S.l.], 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/1903455/quick-guide-chinas-diplomatic-levels?module=perpetual_scroll&pgtype=article&campaign=1903455>. Acesso em: 12 out. 2021.

ROY-CHAUDHURY, Shantanu. China-Iran relations and China's growing presence in the West Asia. **Centre for Air Power Studies (CAPS)**, [S.l.], jul. 2020, 4 p. Disponível em: <<https://capsindia.org/files/documents/d5ed527a-26bf-4b96-951b-60f958bc2907.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2021.

THE Strait of Hormuz is the world's most important oil transit chokepoint. **EIA**, [S.l.], 4 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=4430>>. Acesso em: 1 out. 2021.

VOGEL, Ezra Feivel. Deng's Tortuous Road to The Top, 1969-1977. In: _____. **Deng Xiaoping and the transformation of China**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University, 2011. cap. 6, p. 184-213.

WANG, Yi. Exploring the path of major-country diplomacy with Chinese characteristics. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (FMPRC)**, 2013. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/t1053908.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2021.

WHERE does China import Crude Petroleum from? (2019). **OECD**, 2019a. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/52709/2019/>. Acesso em: 3 set 2021.

XI Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China (FMPRC)**, 2013a. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpfwzysiesgjtfhshzzfh_665686/t1076334.shtml>. Acesso em: 8 jun 2021.

YANG, Jiechi. Yang Jiechi's remarks on the results of the presidential meeting between Xi Jinping and Obama at the Annenberg Estate. **Embassy of the People's Republic of China in the United States of America**, 2013. Disponível em: <<http://www.china-embassy.org/eng/zmgxss/t1049301.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ZHA, Daojiong; MEIDAN, Michal. China and the Middle East in a new energy landscape. **Catham House**, Londres, Asia Programme, out. 2015, 13 p. Disponível em: <<http://www.iberchina.org/files/ChinaMiddleEastEnergy.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ZHANG, Xiaotong. Conceptualizing China's Economic Diplomacy. *In*: BAYNE, Nicholas; WOOLCOCK, Stephen (Ed.). **The New Economic Diplomacy: Decision-making and negotiation in international economic relations**. 4a.ed. New York: Routledge, 2017. cap. 8. *E-book*.